

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## PROVA OBJETIVA

### CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### QUESTÃO 1

Julgue os itens a seguir, acerca do controle da administração pública.

- O responsável pela administração de recursos de terceiros é, obrigatoriamente, o titular da prestação de contas.
- A pessoa física estará desobrigada da prestação de contas em caso de pacto de natureza pecuniária assumido em nome da União.
- As pessoas naturais que guardem recursos monetários colocados a sua disposição, independentemente da personalidade, se pública ou privada, têm a responsabilidade e o dever de prestar contas.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas o item II está certo.
- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

#### QUESTÃO 2

No âmbito do controle na administração pública, o controle administrativo pode ser corretamente entendido como

- o preceito de *accountability* que os administradores públicos devem observar ao elaborar a prestação de contas, a tempo de informar ao Poder Legislativo que a aplicação dos recursos está em conformidade com a legislação vigente.
- o preceito legal que compulsa o administrador a aplicar com eficiência e eficácia os recursos monetários no atendimento das necessidades da população.
- a emissão de juízo de valor proferida por agente público após fiscalizar determinado projeto executado com recursos públicos.
- a participação do cidadão em ato público reivindicando maior eficiência no combate à corrupção, pois consubstancia exercício de controle social, que é uma forma de controle incidente sobre a gestão pública.
- a multiplicidade de controles, desde que devidamente aplicados, o que garante efetividade na gestão pública.

#### QUESTÃO 3

A respeito de controle e fiscalização, julgue os itens que se seguem.

- O principal objetivo da fiscalização é corrigir irregularidades e, em especial, os atos danosos ao interesse público no momento de sua ocorrência, seja por se mostrarem em desacordo com os atos normativos vigentes, seja por não alcançarem os objetivos previstos de forma econômica, eficiente, eficaz, efetiva e equitativa.
- As unidades técnicas do Tribunal de Contas da União (TCU) poderão executar a ação de controle mediante obtenção de informações sem autuação de processo de controle externo.
- As unidades técnicas do TCU poderão executar a ação de controle mediante autuação de processo de fiscalização com tipificação específica nos casos em que as informações obtidas em resposta a diligências forem suficientes para acompanhar o objeto fiscalizado.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item II está certo.
- Apenas o item III está certo.
- Apenas os itens I e II estão certos.
- Apenas os itens I e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

#### QUESTÃO 4

Julgue os próximos itens, relativos às fiscalizações de cunho financeiro e operacional executadas nas ações de controle (auditorias) pelas unidades do TCU.

- O achado que compõe relatório de auditoria operacional é produto da seleção e dos critérios adotados pelo auditor para mensurar o objeto, sopesados o risco e a materialidade.
- As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, uma vez que o auditor emite sua opinião conclusiva a partir de evidências de auditoria obtidas das informações do objeto apresentadas pela parte responsável.
- Sendo os achados de auditoria operacional o produto da comparação entre o critério e a situação existente, devem ser definidos, no planejamento da auditoria, os critérios rígidos e restritos para subsidiar os testes, a fim de obter maior convergência dos julgamentos do profissional de auditoria com o resultado dos exames realizados.
- O trabalho de asseguarção elaborado para cumprir escopo de auditoria financeira deve integrar o processo de certificação de contas anuais, sejam elas de governo, sejam de gestão.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Apenas os itens II, III e IV estão certos.

**QUESTÃO 5**

No município X, emancipado politicamente em 2016, as contas da prefeitura foram publicadas em jornal local e afixadas no mural da câmara municipal, onde permaneceram por quarenta dias. Em sessão plenária da câmara de vereadores, as despesas do prefeito foram mencionadas e questionadas por um cidadão com domicílio eleitoral em outro município.

Considerando o exercício do controle da atuação administrativa na situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- I A atitude do referido cidadão encontra amparo legal, pois está no limite do prazo regulamentar de exame e apreciação das contas, portanto, a reinvidicação deve ser recepcionada pelo Poder Legislativo local.
- II É lícito o município ter um conselho de contas municipal; na situação em apreço, cabe a esse conselho apreciar as contas do prefeito, e à câmara municipal julgá-las.
- III A câmara municipal poderá desconstituir o parecer do controle externo e julgar as contas do prefeito segundo a sua vontade, respeitados os preceitos legais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 6**

Em relação ao Poder Legislativo e aos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- I O controle externo é uma função do Poder Legislativo, consistindo, assim, em uma função fiscalizadora do povo, por meio de seus representantes, sobre a administração financeira e orçamentária. Trata-se de um controle de natureza política, mas sujeito à prévia apreciação técnico-administrativa do tribunal de contas competente.
- II O controle externo é um gênero dividido em controle parlamentar indireto, exercido pelo Poder Legislativo, e controle diretamente exercido pelo tribunal de contas, que somente o exerce se provocado por este poder.
- III Compete ao tribunal de contas sustar, se não atendido, execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

**QUESTÃO 7**

Foi aberta uma nova vaga em um tribunal de contas estadual em razão da aposentadoria de um conselheiro titular e ex-procurador do Ministério Público nesse tribunal.

Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que essa vaga deverá ser provida por escolha

- A do chefe do Poder Executivo, entre um dos três auditores, indicados em lista tríplice pelo respectivo tribunal.
- B do chefe do Poder Executivo, entre um dos três membros do Ministério Público nesse tribunal, indicados em lista tríplice pelo respectivo tribunal.
- C livre do chefe do Poder Executivo.
- D do chefe do Poder Legislativo, entre um dos três auditores, indicados em lista tríplice pelo respectivo tribunal.
- E do chefe do Poder Legislativo, entre um dos três membros do Ministério Público nesse tribunal, indicados em lista tríplice pelo respectivo tribunal.

**QUESTÃO 8**

Determinado tribunal de contas estadual emitiu determinações a um órgão jurisdicionado e fixou prazo para adoção de providências; determinou o recolhimento de débito e aplicação de multa ao responsável por determinado convênio considerado irregular; e apresentou parecer prévio sobre as contas do chefe do Poder Executivo.

Nessa situação hipotética, o referido tribunal exerceu, respectivamente, as funções

- A sancionadora, sancionadora e julgadora.
- B corretiva, sancionadora e julgadora.
- C sancionadora, corretiva e opinativa.
- D corretiva, sancionadora e opinativa.
- E sancionadora, corretiva e consultiva.

**QUESTÃO 9**

Em relação à natureza jurídica e à eficácia das decisões dos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- I De acordo com a jurisprudência do STF, os tribunais de contas fazem parte do Poder Legislativo e estão subordinados a esse poder no que diz respeito às suas funções administrativas.
- II O Conselho Nacional de Justiça, por ser órgão de controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, possui competência para regular matéria relacionada aos tribunais de contas, pois os membros dessas cortes possuem impedimentos e garantias equivalentes aos dos demais membros da magistratura.
- III De acordo com o STF, não compete aos tribunais de contas proceder à execução de suas decisões das quais resulte imputação de débito ou multa, apesar de estas terem eficácia de título executivo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 10**

João, servidor efetivo do estado de Rondônia, aposentou-se em 2012. O ato de concessão da aposentadoria foi apreciado pelo TCE/RO em 2019, sendo identificada uma ilegalidade em determinada parcela dos proventos, que deveria ser suprimida.

Considerando-se essa situação hipotética e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que o TCE/RO

- A** deve convocar João para apresentar sua defesa, apesar de o ato de concessão da aposentadoria somente se aperfeiçoar após a apreciação da legalidade por parte dessa corte.
- B** deve convocar João para apresentar sua defesa, pois o ato de concessão de aposentadoria se aperfeiçoa independentemente da apreciação da legalidade por parte dessa corte.
- C** pode, de imediato, determinar a revisão da aposentadoria de João, sem a necessidade de convocá-lo para apresentar defesa, pois o ato de concessão de aposentadoria somente se aperfeiçoa após a apreciação da legalidade por parte dessa corte.
- D** não pode determinar a revisão da aposentadoria de João, haja vista o decurso de prazo de cinco anos após a sua concessão.
- E** pode, de imediato, determinar a revisão da aposentadoria de João, sem a necessidade de convocá-lo para apresentar defesa, caso não haja alteração no fundamento legal para concessão da aposentadoria.

**QUESTÃO 11**

Em relação às auditorias exercidas pelo TCE/RO, julgue os itens seguintes.

- I O relator de um processo poderá credenciar quaisquer servidores do TCE/RO para desempenhar funções de inspeções e auditoria.
- II Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao tribunal em suas inspeções e auditorias, sob qualquer pretexto.
- III No caso de sonegação, o relator assinará prazo de até cinco dias, prorrogável por igual período, para a apresentação de documentos, informações e esclarecimentos julgados necessários.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 12**

O TCE/RO recebeu denúncia relativa à legalidade e à legitimidade de ato da administração pública estadual. A denúncia era referente a um fato cuja gravidade exigia exame mais detido e aprofundado, sem a existência de processo em trâmite no tribunal.

Considerando o regimento interno do TCE/RO, assinale a opção que apresenta o procedimento de fiscalização a ser adotado nessa situação hipotética.

- A** auditoria ordinária
- B** auditoria especial
- C** inspeção ordinária
- D** inspeção especial
- E** inspeção extraordinária

**QUESTÃO 13**

Com relação ao Ministério Público de Contas no TCE/RO, julgue os itens a seguir.

- I Ao Ministério Público de Contas se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- II Aos membros do Ministério Público de Contas aplicam-se, de forma integral, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do estado.
- III Compete aos membros do Ministério Público de Contas promover, no tribunal de contas, representação em desfavor dos agentes públicos do estado ou dos municípios que se omitirem da obrigação de adotar as providências que visem ao recebimento dos créditos oriundos das decisões proferidas no âmbito dessa corte.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 14**

No que se refere a denúncias e representações no TCE/RO, assinale a opção correta.

- A** As associações e os sindicatos não possuem legitimidade para fazer denúncia de irregularidades ou ilegalidades ao TCE/RO.
- B** Denúncia sobre matéria de competência do TCE/RO deverá referir-se ao administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição e conter o nome legível do denunciante, mas não é necessário que essa denúncia atenda aos critérios de risco e materialidade.
- C** Denunciante poderá requerer ao TCE/RO certidão dos despachos e dos fatos apurados, que deverá ser fornecida no prazo máximo de 30 dias, ainda que o respectivo processo de apuração não tenha sido concluído ou arquivado.
- D** Licitantes têm legitimidade para representar ao TCE/RO contra ilegalidades ou irregularidades na aplicação da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- E** As unidades técnicas do TCE/RO não possuem legitimidade para representar ao respectivo tribunal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****QUESTÃO 15**

Constitui violação aos princípios constitucionais da administração pública

- A nomeação de cônjuge de prefeito para o cargo de secretário estadual, mesmo que o nomeado possua inegável qualificação técnico-profissional e idoneidade moral.
- B limitação de idade, por ato administrativo, para fins de inscrição em concurso público, ainda que tal medida esteja fundamentada na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- C publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias.
- D atribuição de nome de governador já falecido, reconhecido pela defesa dos direitos humanos, a escola pública de rede estadual de educação.
- E anulação, pela administração pública, de ato administrativo ilegal, independentemente de prazo e da existência de direito adquirido.

**QUESTÃO 16**

A administração pública pretende celebrar, com base na Lei n.º 13.019/2014, parceria com determinada organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco relacionadas à educação. A proposta de parceria foi formulada pela organização da sociedade civil e envolve a transferência de recursos financeiros.

Nessa situação, de acordo com a referida lei, o instrumento adequado ao caso é o

- A convênio.
- B acordo de cooperação.
- C termo de fomento.
- D termo de colaboração.
- E contrato administrativo de concessão patrocinada.

**QUESTÃO 17**

Para estar habilitada a celebrar termo de parceria com a administração pública e aproveitar o regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 9.790/1999, entidade privada sem fins lucrativos deve ter a qualificação de

- A organização da sociedade civil de interesse público.
- B serviço social autônomo.
- C cooperativa.
- D entidade de apoio.
- E organização social.

**QUESTÃO 18**

Aplicação de multa a sociedade empresária em razão de descumprimento de contrato administrativo celebrado por dispensa de licitação constitui manifestação do poder

- A de polícia.
- B disciplinar.
- C hierárquico.
- D regulamentar.
- E vinculante.

**QUESTÃO 19**

A Lei n.º 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, prevê o(a)

- A diretriz de autenticação de documentos pelo próprio agente público, sendo desnecessária a apresentação dos originais pelo usuário.
- B direito do usuário a gratuidade na prestação do serviço público, sendo vedada a exigência de taxa ou tarifa.
- C obrigação da administração pública de constituir conselho de usuários com a atribuição de receber e julgar recursos administrativos apresentados contra decisões das ouvidorias.
- D dever da administração pública de elaborar carta de serviços ao usuário com a previsão do prazo máximo da prestação do serviço.
- E direito do usuário de apresentar manifestações à ouvidoria do órgão ou entidade, sendo obrigatória a exposição dos motivos determinantes dessas manifestações.

**QUESTÃO 20**

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999 (Lei de Processo Administrativo), o prazo para anular atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em

- A quinze anos, contados da data em que foram praticados, em todos os casos.
- B vinte anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- C dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- D três anos, contados da data em que foram praticados, em todos os casos.
- E cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

**QUESTÃO 21**

De acordo com o STJ, a indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, somente é devida na hipótese de

- A a limitação ser imposta sobre imóvel rural, independentemente do prejuízo causado ao proprietário da área.
- B a restrição administrativa configurar situação de desapropriação indireta.
- C ficar demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área, independentemente da localização do imóvel.
- D a restrição administrativa ter sido criada por disposição legal genérica e o imóvel situar-se em área rural.
- E a limitação ser imposta sobre imóvel urbano, desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

**QUESTÃO 22**

No ordenamento jurídico brasileiro, a regra geral é a realização de procedimento licitatório. Há casos em que a própria Lei n.º 8.666/1993 dispensa a licitação; em outros, a norma faculta ao administrador público afastar discricionariamente o certame licitatório; por fim, há outros casos ainda em que a própria competição se mostra inviável. Assinale a opção correspondente à hipótese de licitação dispensada pela própria lei de regência.

- A** contratação de profissional de setor artístico, por meio de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública
- B** contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis
- C** aquisição de obra de arte, de autenticidade certificada e compatível às finalidades do órgão ou entidade
- D** alienação gratuita de bem imóvel de uso comercial de âmbito local com área de 200 m<sup>2</sup> e inserido no âmbito de programa de regularização fundiária de interesse social desenvolvido por órgão da administração pública
- E** ausência de interessados à licitação anterior que, justificadamente, não possa ser repetida sem que haja prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas

**QUESTÃO 23**

A respeito de consórcios públicos, assinale a opção correta.

- A** Os consórcios públicos, salvo os de personalidade jurídica de direito privado, deverão observar as normas de direito público no que se refere a licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.
- B** Os consórcios públicos adquirem personalidade jurídica de direito privado apenas com a entrada em vigor das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- C** Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- D** Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- E** O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado — ou por entidade que integre a administração indireta deste —, sendo, nesse caso, inexigível a licitação.

**QUESTÃO 24**

Considere as seguintes situações hipotéticas.

- I João, agente de uma fundação pública de direito público, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro.
- II Pedro, agente de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro.
- III Antônio, agente de empresa privada prestadora de serviços públicos, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro.

Assinale a opção que apresenta, na ordem em que aparecem, as formas de responsabilidades das referidas pessoas jurídicas pelos danos causados por João, Pedro e Antônio.

- A** objetiva / objetiva / objetiva
- B** objetiva / objetiva / subjetiva
- C** objetiva / subjetiva / objetiva
- D** subjetiva / objetiva / objetiva
- E** subjetiva / subjetiva / objetiva

**QUESTÃO 25**

Acerca da natureza, da competência e da jurisdição do TCE/RO, assinale a opção correta, à luz da Constituição do estado e da Lei Complementar n.º 154/1996 (Lei Orgânica do TCE/RO).

- A** O tribunal, no julgamento de contas, deverá decidir a legalidade dos atos de gestão, das despesas deles decorrentes, da aplicação de subvenções e da renúncia de receitas.
- B** O tribunal não poderá conceder tutela de urgência nos casos de fundado receio de consumação, reiteração ou de continuação de lesão ao erário.
- C** O tribunal, para o exercício de sua competência institucional, poderá requisitar aos poderes, órgãos e entidades estaduais e municipais a prestação de serviços técnicos especializados, no prazo de dez dias, com ou sem ônus, de seus servidores.
- D** A jurisdição do tribunal abrange os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo estado, mediante convênio, a município ou a entidades da administração indireta, excluídas as regidas pelo direito privado.
- E** Ao tribunal compete emitir, no prazo de noventa dias, parecer prévio sobre as contas apresentadas anualmente pelo governador de estado e pelos prefeitos municipais.

**QUESTÃO 26**

Para garantir maior participação da sociedade nos quadros da administração pública e, sobretudo, visando maior dedicação por parte das pessoas que ocupam cargos públicos, a regra geral no direito brasileiro é que cada pessoa poderá ocupar um único cargo ou emprego público. Tendo como referência essa regra, a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar Estadual n.º 68/1992 bem como o atual entendimento jurisprudencial do STF, assinale a opção correta, a respeito de acumulação remunerada de cargos públicos.

- A** Servidor público ocupante de cargo técnico, após a aposentadoria nesse cargo, poderá acumular seus proventos com a remuneração de outro cargo público efetivo, seja de natureza técnica ou científica.
- B** A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, excluídas as sociedades controladas indiretamente pelo poder público.
- C** Servidor vinculado ao regime da Lei Complementar Estadual n.º 68/1992 que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.
- D** Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório deverá ser verificado levando-se em conta a soma das remunerações dos dois cargos públicos, e não em cada cargo, isoladamente considerado, segundo o STF.
- E** Verificada a acumulação ilícita de cargos, funções ou empregos, o servidor será obrigado a solicitar exoneração de um deles, dentro de quinze dias, improrrogáveis.

**QUESTÃO 27**

Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- I Exceto os bens do domínio nacional pertencentes a pessoas jurídicas de direito público interno, que são públicos, todos os demais bens são particulares, independentemente da pessoa a que pertencerem.
- II O uso comum dos bens públicos, como estradas e edifícios públicos, pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido pela entidade a que pertencerem.
- III Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- IV A alienação de bens móveis dependerá de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação, realizada na modalidade de concorrência.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

**QUESTÃO 28**

Os contratos celebrados pela administração pública nem sempre são classificados como contratos administrativos. Em alguns momentos, a administração pública atua em relação de igualdade com o particular, quando então o contrato será de natureza privada; outras vezes, com clara supremacia da administração pública em razão do interesse público envolvido. Especificamente em relação aos contratos administrativos e a seu regime jurídico, assinale a opção correta.

- A Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, não lhes sendo aplicados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.
- B A nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato dele decorrente.
- C A duração dos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática poderá estender-se pelo prazo de até trinta e seis meses após o início da vigência do contrato.
- D O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, inclusive relativamente às suas cláusulas econômico-financeiras.
- E O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, em até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os acréscimos.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 29**

O conceito de Constituição como documento dotado de superior hierarquia jurídica no ordenamento do Estado, que delimita o parâmetro constitucional para ajuizamento de ação declaratória de inconstitucionalidade no STF, refere-se à ideia de Constituição

- A material.
- B ideal.
- C formal.
- D normativa.
- E rígida.

**QUESTÃO 30**

De acordo com o art. 128, § 5.º, da Constituição Federal de 1988 (CF), “Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público (...)”. Tal norma constitucional é de eficácia

- A plena e aplicabilidade imediata.
- B contida e aplicabilidade diferida.
- C limitada, declaratória de princípio programático.
- D contida e aplicabilidade imediata.
- E limitada, declaratória de princípio institutivo.

**QUESTÃO 31**

A fim de sanar problemas sociais relacionados à violência no campo, o presidente da República apresentou proposta de emenda constitucional para modificar as regras sobre desapropriação para fins de reforma agrária. Após a aprovação da proposta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em dois turnos e por um terço dos votos dos respectivos membros em ambas as casas, o projeto seguiu para sanção do presidente. Depois de analisar a proposta, o presidente vetou-a parcialmente por razões de interesse público, enviando-a, em seguida, para a devida publicação.

Considerando-se essa situação hipotética e as disposições da CF, é correto afirmar que tal emenda constitucional é

- A inconstitucional, pois o presidente da República não pode apresentar proposta de emenda constitucional.
- B constitucional, pois o devido processo legislativo foi observado pelo Congresso Nacional e pelo presidente da República.
- C inconstitucional, pois os limites formais aplicáveis ao processo de reforma constitucional não foram observados.
- D constitucional, pois ao referido processo de reforma constitucional são aplicáveis limites circunstanciais, que foram observados.
- E inconstitucional, pois a desapropriação para fins de reforma agrária caracteriza-se como cláusula pétreia.

**QUESTÃO 32**

Determinado cidadão solicitou acesso a documentos presentes em processo administrativo de prestação de contas de convênio celebrado entre a União e o município onde ele residia. A autoridade competente para analisar o pedido decidiu-se pelo seu indeferimento, com base no fato de que os documentos solicitados não eram relacionados a dados pessoais do solicitante. Irresignado, o cidadão ajuizou uma ação judicial.

Nessa situação hipotética, a ação adequada ao caso é o

- A *habeas corpus*.
- B mandado de injunção.
- C direito de petição.
- D mandado de segurança.
- E *habeas data*.

**QUESTÃO 33**

De acordo com a CF, aplicam-se aos membros do Ministério Público de Contas os mesmos direitos, as mesmas vedações e a mesma forma de investidura dos membros do Ministério Público comum. Esse regime jurídico inclui

- A a legitimidade para impetrar mandado de segurança contra acórdão do tribunal de contas no qual o membro Ministério Público atua.
- B o ingresso mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica.
- C a prerrogativa de iniciar o processo legislativo em caso de matéria relacionada à competência institucional do órgão.
- D o exercício do controle externo da atividade policial, o que inclui a requisição de diligências investigatórias.
- E a legitimidade para ajuizar ação civil pública contra convênio celebrado entre estado e entidade privada sem fins lucrativos.

**QUESTÃO 34**

Considerando-se as disposições da CF e o entendimento do STF sobre repartição de competência, é correto afirmar que compete

- A aos estados legislar sobre a definição de crimes de responsabilidade praticados pelos governadores e sobre as normas do seu processo e julgamento.
- B aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, sendo possível a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- C aos estados legislar, de forma concorrente, sobre bingos e loterias.
- D aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte coletivo.
- E à União legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, até mesmo os que comercializem bebidas alcoólicas.

**QUESTÃO 35**

Considerando as disposições da CF e o entendimento do STF acerca dos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- I É possível a extinção de tribunal de contas dos municípios mediante promulgação de emenda à Constituição estadual.
- II É vedado aos tribunais de contas sustar diretamente procedimento licitatório realizado pelo Poder Executivo.
- III É possível a criação de tribunal de contas municipal, desde que seja observado o princípio da simetria.
- IV É vedado aos tribunais de contas requisitar documentos relativos a operações que envolvam recursos públicos, uma vez que esse tipo de documento é protegido pelo sigilo bancário.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 36**

Assinale a opção que apresenta modalidade de controle repressivo de constitucionalidade.

- A controle exercido pelas comissões de constituição e justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- B controle exercido pelo presidente da República mediante veto jurídico
- C rejeição, por uma das casas do Poder Legislativo federal, de proposta de emenda à Constituição já aprovada pela outra casa
- D decreto legislativo com a finalidade de sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar
- E devolução aos autores, pelas Mesas das casas legislativas, de projetos de lei com vícios manifestos de inconstitucionalidade

**QUESTÃO 37**

A respeito de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.

- A ADPF é cabível para o questionamento de atos normativos, administrativos e políticos do poder público.
- B A jurisprudência do STF admite o conhecimento de ADPF como ação direta de inconstitucionalidade genérica, em razão de seu caráter subsidiário.
- C É vedada a possibilidade de os estados-membros instituírem ADPF em suas respectivas constituições estaduais.
- D São legitimados para propor ADPF o Tribunal de Contas da União e os tribunais de contas estaduais.
- E Não se admite modulação dos efeitos de decisão originada no âmbito de ADPF.

**QUESTÃO 38**

Caso determinada lei municipal esteja em desconformidade com a Constituição Federal de 1988 (CF), a via adequada para exercer o controle de constitucionalidade da referida norma no STF é o(a)

- A ADPF.
- B ação direta de inconstitucionalidade genérica.
- C ação declaratória de constitucionalidade.
- D mandado de segurança.
- E ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

**QUESTÃO 39**

Em relação à repartição de receitas tributárias prevista na CF, assinale a opção que apresenta imposto de competência da União cujo produto da arrecadação pertence aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

- A imposto sobre produtos industrializados
- B imposto de importação
- C imposto territorial rural
- D imposto de exportação
- E imposto de renda retido na fonte

**QUESTÃO 40**

De acordo com os princípios constitucionais orçamentários e o disposto na CF acerca das finanças públicas, as autorizações para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de créditos constituem exceções ao princípio da

- A legalidade orçamentária.
- B universalidade orçamentária.
- C pureza orçamentária.
- D não afetação da receita.
- E quantificação dos créditos orçamentários.

**QUESTÃO 41**

Com referência às disposições constitucionais relativas às limitações ao direito de tributar e à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

- A A imunidade tributária recíproca dos entes políticos não alcança as entidades da administração indireta.
- B Em regra, a União possui a prerrogativa de instituir isenções de tributos que não sejam de sua competência.
- C No que se refere aos privilégios fiscais, as empresas públicas equiparam-se ao setor privado, ainda que prestem serviço público.
- D O favorecimento a empresas de pequeno porte, nas condições estabelecidas pelo texto constitucional, não ofende a isonomia tributária.
- E A exploração direta da atividade econômica pelo Estado é um princípio da ordem econômica e financeira que visa resguardar a soberania nacional.

**QUESTÃO 42**

Estado de sítio e estado de defesa são medidas constitucionais que se prestam a restaurar a normalidade institucional do país. Nesse contexto, constitui característica comum a ambas as medidas a

- A vedação à decretação da medida em todo o território nacional.
- B subordinação da medida à aprovação prévia do Congresso Nacional.
- C sujeição da medida à fiscalização por comissão do Congresso Nacional.
- D possibilidade de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- E titularidade exclusiva do Conselho de Defesa Nacional para a decretação.

**DIREITO CIVIL****QUESTÃO 43**

Acerca do instituto da prescrição, julgue os itens a seguir.

- I A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- II Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- III É de dez anos o prazo prescricional a ser considerado no caso de reparação civil com base em inadimplemento contratual.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 44**

Inscrevem-se no registro civil de pessoas jurídicas

- A hipotecas legais, judiciais e convencionais.
- B sociedades anônimas.
- C atos constitutivos e estatutos dos partidos políticos.
- D emancipações.
- E cauções de títulos de crédito pessoal.

**QUESTÃO 45**

Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens seguintes.

- I A constatação da insolvência e a inexistência de bens do devedor são suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica.
- II O abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, enseja a desconsideração da personalidade jurídica.
- III Na teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica, pessoa jurídica pode responder por obrigação de sócio que lhe tenha transferido seu patrimônio com o intuito de fraudar credores.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 46**

É nulo negócio jurídico celebrado

- A sem revestir a forma prescrita em lei.
- B com vício resultante de dolo, quando este for a sua causa.
- C com erro substancial.
- D por agente relativamente incapaz.
- E mediante fraude contra credores.

**QUESTÃO 47**

Acerca da vigência das leis e da *vacatio legis*, assinale a opção correta.

- A *Vacatio legis* consiste no intervalo de tempo existente entre o momento da aprovação de lei pelo Poder Legislativo e o início de sua vigência.
- B O legislador poderá determinar prazo específico de *vacatio legis*.
- C O legislador poderá determinar a vigência imediata de norma jurídica a partir de sua aprovação pelo Congresso Nacional.
- D Na ausência de manifestação do legislador, o prazo de *vacatio legis* será de 90 dias no território nacional.
- E O prazo de *vacatio legis* da lei brasileira, quando esta for admitida, será de 30 dias nos Estados estrangeiros.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****QUESTÃO 48**

A respeito de jurisdição e ação, assinale a opção correta.

- A A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais nacionais e internacionais.
- B Em regra, não é competência da jurisdição nacional ação cuja obrigação deva ser cumprida no Brasil.
- C Para postular em juízo, é necessário haver interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- D É permitida a postulação de direito alheio em nome próprio, desde que autorizada pelo ordenamento jurídico.
- E A cooperação jurídica internacional somente é possível sob a vigência de tratado assinado pelo Brasil.

**QUESTÃO 49**

Advogado postulou em juízo sem procuração, sob o fundamento de que a medida seria indispensável para evitar preclusão.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A validade do ato do advogado está condicionada a comprovação de urgência, independentemente da apresentação posterior do mandato.
- B É imprescindível a prestação de caução no ato do protocolo do pedido.
- C Por ter postulado em juízo sem procuração, o referido advogado poderá responder por ato atentatório à dignidade da justiça.
- D Por esse ato, a parte poderá ser condenada por litigância de má-fé.
- E O ato terá validade, desde que a procuração seja regularmente exibida no prazo dilatatório de quinze dias.

**QUESTÃO 50**

Litisconsórcio no qual a eficácia de uma sentença dependa da citação de todos que devam ser litisconsortes, independentemente de a decisão ser uniforme para todos, é do tipo

- A ativo.
- B facultativo.
- C unitário.
- D necessário.
- E sucessivo.

**QUESTÃO 51**

Roberto ajuizou ação de indenização em desfavor de Lucas por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito no qual os veículos de ambos haviam colidido. O réu, por sua vez, tinha contrato de seguro com determinada empresa, com garantia de ser por ela ressarcido em caso de colisão, dano ou avaria no automóvel ou ainda furto ou roubo do veículo.

Caso Lucas queira que a empresa integre a lide, isso poderá ser feito sob a modalidade de intervenção de terceiros denominada

- A *amicus curiae*.
- B denúncia da lide.
- C assistência simples.
- D chamamento ao processo.
- E assistência litisconsorcial.

**QUESTÃO 52**

Na atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, é imprescindível que

- A a demanda verse sobre interesse de incapaz, sobre litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana ou sobre interesse público ou social.
- B a fazenda pública seja parte no processo.
- C seja oferecido parecer, sem o qual não será dado seguimento ao processo.
- D seja aplicado o benefício da contagem do prazo em dobro, ainda que em prazos próprios.
- E as partes estejam de acordo com a decisão de recorrer.

**QUESTÃO 53**

Um dos litisconsortes passivos de determinada ação judicial retirou o processo do cartório, em carga, após ser proferida sentença em autos físicos, mas antes de sua publicação. Na mesma semana em que isso ocorreu, foram opostos embargos de declaração.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando que os réus têm procuradores diferentes, de escritórios de advocacia distintos.

- A O dia do vencimento deverá ser excluído da contagem do prazo.
- B Não se aplica ao caso o benefício da contagem do prazo em dobro.
- C Considera-se o dia da carga como o dia do começo do prazo.
- D A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil seguinte ao dia da disponibilização da informação no Diário de Justiça.
- E O recurso é considerado intempestivo, pois foi oposto antes do termo inicial do prazo.

## QUESTÃO 54

Davi ajuizou ação em desfavor do Estado, pleiteando o recebimento de medicamento de alto custo. Ao apreciar o pedido, o magistrado o julgou liminarmente improcedente, com fundamento em contrariedade a acórdão proferido pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Se Davi não recorrer dessa decisão, a ação transitará em julgado, sem intimação do réu.
- B Interposta apelação, é garantido o juízo de retratação.
- C Davi poderá requerer ao tribunal a concessão de tutela antecipada recursal, desde que posteriormente à distribuição da apelação.
- D Interposta apelação, o prazo para apresentação de contrarrazões terá início após a intimação do réu.
- E A distribuição do pedido de tutela provisória recursal não torna o seu relator prevento para julgamento de apelação interposta.

## QUESTÃO 55

Em ação de prestação de contas ajuizada pela empresa Alfa em desfavor da empresa Beta, o juiz determinou, de ofício, a realização de prova pericial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Por se tratar de prova determinada de ofício, a despesa será adiantada pela empresa Beta.
- B É defeso às referidas empresas arguir impedimento ou suspeição do profissional após a nomeação de perito pelo juiz.
- C As referidas empresas podem, de comum acordo, escolher perito para realizar o encargo, mas a perícia consensual não dispensa a realização de perícia também por perito nomeado pelo juiz.
- D O juiz somente poderá indeferir quesitos impertinentes que sejam formulados pela empresa Alfa se provocado pela empresa Beta.
- E O cumprimento do encargo pelo perito nomeado pelo juiz independe de termo de compromisso com o juízo.

## QUESTÃO 56

Em determinado caso, após a interposição de recurso especial e apresentação das contrarrazões, os autos foram conclusos ao presidente do tribunal recorrido, que negou seguimento ao recurso sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o único recurso cabível contra essa decisão.

- A agravo de instrumento
- B agravo interno
- C agravo em recurso especial
- D recurso extraordinário
- E recurso ordinário

## QUESTÃO 57

No cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, o executado foi intimado a pagar o débito.

Nessa situação hipotética, findo o prazo para pagamento, o executado poderá apresentar impugnação, na qual é lícito alegar

- A excesso de execução, sendo desnecessária a indicação do valor que o executado entenda ser o correto.
- B prescrição do direito invocado, desde que existente à época da fase de conhecimento.
- C inexigibilidade da obrigação reconhecida no título executivo judicial, se esta estiver fundada em lei considerada inconstitucional pelo STF, proferida antes do trânsito em julgado da decisão exequenda.
- D imperiosidade de atribuição de efeito suspensivo aos atos executórios, independentemente de garantia do juízo.
- E incompetência absoluta do juízo da fase de conhecimento.

## DIREITO PENAL

## QUESTÃO 58

Carlos, servidor público municipal, negou-se, após sua função ter sido alterada, a devolver um *notebook* do município que lhe fora cedido em razão de seu cargo para realização de serviços que não mais faria para a prefeitura. Na delegacia, Carlos informou falsamente à autoridade policial que o aparelho havia sido furtado por alguém desconhecido. Durante a investigação policial, verificou-se que o *notebook* era utilizado, na realidade, pela filha do servidor, para fins particulares.

Considerando-se essa situação hipotética, a legislação penal vigente e o entendimento sumulado do STJ, é correto afirmar que Carlos responderá por

- A peculato-furto e denúncia caluniosa.
- B peculato-desvio e falsa comunicação de crime.
- C peculato mediante erro de outrem e denúncia caluniosa.
- D fraude processual e falsa comunicação de crime.
- E favorecimento real e fraude processual.

**QUESTÃO 59**

Antônio, ex-secretário de Estado da Educação, foi processado criminalmente por dispensa indevida de licitação, o que havia gerado prejuízo financeiro ao erário, e condenado a pena de 3 anos e 6 meses de detenção em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 25 dias-multa, no valor unitário de dois salários-mínimos. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena de prestação de serviço gratuito à comunidade e uma pena de multa de 30 salários-mínimos; a sentença foi publicada em 17/8/2014. Antônio apelou e o recurso foi improvido, sendo o acórdão publicado em 20/9/2018, data em que Antônio tinha 66 anos de idade.

Considerando-se essa situação e a legislação penal vigente, assinale a opção correta.

- A** A sentença deve ser modificada, pois, no caso em apreço, a pena privativa de liberdade somente poderia ter sido substituída por duas penas restritivas de direitos.
- B** Em razão da pena aplicada e da idade do réu no momento da publicação do acórdão, houve prescrição da punibilidade após a condenação.
- C** É facultado a Antônio cumprir integralmente as horas de prestação de serviço à comunidade no prazo de 1 ano e 6 meses.
- D** A pena de multa deve ser paga obrigatoriamente em parcela única, no prazo de 10 dias após transitar em julgado a sentença condenatória.
- E** Em caso de descumprimento injustificado da pena de prestação de serviço, o restante da pena converter-se-á em privativa de liberdade, respeitado o saldo mínimo de 30 dias de detenção.

**QUESTÃO 60**

De acordo com a teoria da imputação objetiva,

- A** a culpabilidade penal tradicional é reformulada por uma categoria mais ampla, denominada responsabilidade.
- B** a função da pena e do direito penal é a proteção da ordem estatal justa.
- C** um fato poderá ser considerado penalmente típico mesmo que não crie um risco juridicamente relevante.
- D** na verificação da criação de um risco juridicamente proibido, adota-se o princípio da confiança apenas para os crimes de trânsito não intencionais.
- E** o comportamento de vítima que se coloque em risco real ou potencial não interfere na análise da imputação objetiva.

**QUESTÃO 61**

A respeito de consumação e tentativa delitiva, julgue os itens a seguir.

- I** Tentativa inacabada é impunível, pois nela é impossível a consumação delitiva pela ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto material.
- II** Nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente responderá apenas pelos atos delitivos já praticados, mas não por delito tentado.
- III** Crime monossubsistente, contravenção penal e crime preterdoloso não admitem punição por tentativa.
- IV** No caso de crime habitual ou continuado, a consumação se prolonga no tempo por vontade do agente, e o prazo prescricional se inicia quando cessada a consumação.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

**QUESTÃO 62**

Considerando a jurisprudência do STJ e do STF e a legislação a respeito de crimes contra a fé pública, assinale a opção correta.

- A** Utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura crime de moeda falsa; admite-se, no entanto, a aplicação do princípio da insignificância caso sejam grosseiramente falsificadas cédulas de pequeno valor.
- B** Crime de falsidade material de documento público se consuma com a efetiva utilização do documento público falsificado e a ocorrência de prejuízo.
- C** Há previsão de modalidade culposa para crime de falsidade ideológica de documento público ou particular.
- D** A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial em situação de autodefesa não é considerada criminosa.
- E** Compete à justiça federal comum processar e julgar civil denunciado pelo crime de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da caderneta de inscrição e registro expedida pela Marinha do Brasil.

## DIREITO ECONÔMICO

### QUESTÃO 63

Determinado município editou lei proibindo a utilização de automóveis particulares cadastrados em aplicativos para o transporte individual remunerado de pessoas.

Nessa situação hipotética, a referida lei é

- A inconstitucional, pois viola os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, não sendo permitido ao município impor qualquer restrição à atividade.
- B inconstitucional, visto que viola os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, sendo permitido ao município regulamentar e fiscalizar o serviço, desde que não contrarie lei federal.
- C constitucional, uma vez que compete privativamente ao município legislar sobre trânsito e transporte e regular o uso das vias públicas.
- D constitucional, porque a proibição de atividades que importam em risco para os usuários atende ao princípio da proporcionalidade.
- E constitucional, pois o transporte individual remunerado de passageiros é serviço público dependente de permissão ou autorização.

### QUESTÃO 64

Grandes empresas vão manter preços de produtos essenciais e não haverá aumento das tarifas de serviços públicos este ano.

BUENOS AIRES – O governo argentino anunciou nesta quarta-feira um pacote de medidas para conter o crescimento da inflação do país e reativar o consumo em meio a uma grave crise. O pilar central está em congelar preços de produtos essenciais e de serviços públicos.

*Argentina anuncia congelamento de preços para conter a inflação e estimular consumo. In: O Globo, 17/4/2019.*

Nessa situação, o pilar central da política econômica argentina informado na notícia veiculada constitui intervenção

- A direta na ordem econômica, sob a forma de absorção.
- B direta na ordem econômica, sob a forma de participação.
- C indireta na ordem econômica, sob a forma de direção.
- D indireta na ordem econômica, sob a forma de indução.
- E indireta na ordem econômica, sob a forma de absorção.

### QUESTÃO 65

A Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), sociedade de economia mista estadual, valendo-se de permissão genérica constante do ato normativo que autorizou sua criação, instituiu uma empresa subsidiária integral com o objetivo de desenvolver pesquisas para melhorar o abastecimento de água no estado.

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, caso deseje alienar o controle acionário da subsidiária integral, o estado de Rondônia

- A deverá obter autorização legislativa e proceder à licitação.
- B deverá obter autorização legislativa, sendo dispensável a licitação, desde que observados os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- C não precisará obter autorização legislativa, mas será necessária a licitação na modalidade concorrência.
- D não precisará obter autorização legislativa, podendo realizar a alienação sem licitação, desde que se observem os princípios da administração pública inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, respeitada, sempre, a exigência de necessária competitividade.
- E não precisará obter autorização legislativa, podendo a alienação ser realizada sem licitação e sem qualquer condicionante.

### QUESTÃO 66

No que concerne às parcerias público-privadas, assinale a opção correta.

- A A concessão de serviços e obras públicas, mesmo quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, constitui uma parceria público-privada.
- B É permitida a celebração de parceria público-privada que tem como objeto único o fornecimento de mão de obra.
- C Antes da celebração do contrato de parceria público-privada, é facultada a constituição de sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- D O contrato de parceria público-privada não poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável.
- E Concessão administrativa é o contrato de parceria público-privada de que a administração pública é a usuária direta ou indireta do serviço.

### QUESTÃO 67

Constitui infração da ordem econômica o exercício de forma abusiva de posição dominante, que se presume sempre quando uma empresa ou um grupo de empresas

- A controlar 20% ou mais de um mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica para setores específicos da economia.
- B controlar 10% ou mais de um mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica para setores específicos da economia.
- C controlar 20% ou mais de um mercado relevante, sendo vedado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica alterar esse percentual.
- D controlar 10% ou mais de um mercado relevante, sendo vedado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica alterar esse percentual.
- E controlar 50% ou mais de um mercado relevante, sendo vedado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica alterar esse percentual.

**QUESTÃO 68**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização internacional formal

- A** com personalidade jurídica própria, constituída por membros e dotada de um órgão de solução de controvérsias.
- B** sem personalidade jurídica própria, constituída por contratantes e desprovida de um órgão de solução de controvérsias.
- C** com personalidade jurídica própria, constituída por contratantes e desprovida de um órgão de solução de controvérsias.
- D** sem personalidade jurídica própria, constituída por membros e dotada de um órgão de solução de controvérsias.
- E** com personalidade jurídica própria, constituída por contratantes e dotada de um órgão de solução de controvérsias.

**DIREITO EMPRESARIAL****QUESTÃO 69**

À luz da Lei n.º 6.404/1976 (Lei de Sociedades Anônimas), julgue os itens a seguir.

- I A *golden share*, categoria especial de ação preferencial de propriedade exclusiva do acionista controlador, pode estabelecer direito de veto a determinadas deliberações, nos termos estabelecidos nos respectivos estatutos sociais.
- II As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais ou de fruição.
- III Direito a voto em assembleias de acionistas e preferência no pagamento de dividendos constituem características de ações ordinárias e de ações preferenciais, respectivamente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 70**

A operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, é denominada

- A** aquisição.
- B** incorporação.
- C** cisão.
- D** *joint venture*.
- E** fusão.

**QUESTÃO 71**

Para funcionar no Brasil, sociedade estrangeira deve

- A** registrar seu ato constitutivo no prazo de até sessenta dias após o início de suas atividades.
- B** utilizar nome idêntico àquele empregado no país de origem, podendo acrescentar as palavras “do Brasil” ou “para o Brasil”.
- C** designar representante no país de origem, com poderes limitados a receber citação judicial em nome da sociedade.
- D** sujeitar-se às leis e aos tratados internacionais, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.
- E** transferir sua sede para o Brasil.

**QUESTÃO 72**

A Lei n.º 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas) estabelece a ordem de classificação dos créditos no caso de falência. Considerando apenas os créditos trabalhistas, os créditos com garantia real e os créditos tributários, assinale a opção correspondente à ordem de classificação correta entre eles.

- A** I. créditos trabalhistas; II. créditos com garantia real; III. créditos tributários
- B** I. créditos tributários; II. créditos com garantia real; III. créditos trabalhistas
- C** I. créditos com garantia real; II. créditos trabalhistas; III. créditos tributários
- D** I. créditos com garantia real; II. créditos tributários; III. créditos trabalhistas
- E** I. créditos trabalhistas; II. créditos tributários; III. créditos com garantia real

**QUESTÃO 73**

O estabelecimento comercial é todo o complexo de bens, materiais e imateriais, organizado para o exercício da empresa. Os bens materiais do estabelecimento comercial incluem

- A** o ponto comercial.
- B** marcas e patentes.
- C** os contratos.
- D** o nome empresarial.
- E** as mercadorias.

**QUESTÃO 74**

A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- A** membros da magistratura.
- B** pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- C** pessoa jurídica.
- D** servidor público federal civil ou militar da ativa.
- E** membro do Ministério Público.

**DIREITO FINANCEIRO****QUESTÃO 75**

Considerando a ordem constitucional financeira, assinale a opção correta, a respeito de emendas a projeto de lei do orçamento anual.

- A** Após a entrega de projetos de lei orçamentária anual, é vedado ao Poder Executivo propor qualquer alteração nestes antes de sua votação.
- B** O montante das transferências constitucionais da União para os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios, quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, pode ser alterado mediante emenda a projeto de lei orçamentária anual.
- C** A comissão mista de orçamento deve emitir parecer sobre a compatibilidade das emendas individuais dos parlamentares com a lei de diretrizes orçamentárias, mas não sobre a compatibilidade destas com o plano plurianual.
- D** Emenda de remanejamento, assim considerada aquela que aproveita despesa anulada ou cancelada, pode acarretar a realocação de despesa como crédito suplementar ou especial.
- E** O montante da receita e da despesa pode ser alterado mediante emenda parlamentar, desde que haja respaldo em estudos técnicos produzidos pelo Tribunal de Contas da União.

**QUESTÃO 76**

À luz da ordem constitucional financeira, assinale a opção correta, a respeito dos princípios orçamentários.

- A** Por violar o princípio da legalidade, a utilização de medida provisória no processo legislativo orçamentário é vedada, ainda que destinada a atender despesa imprevisível e urgente, como a decorrente de comoção interna.
- B** O princípio da exclusividade exige que a lei orçamentária não contenha as chamadas caudas orçamentárias e, por isso, veda a contratação de operações de créditos.
- C** O princípio do planejamento refere-se à exigência de criação, por parte da administração, de órgãos especializados em matéria orçamentária e capazes de executar o orçamento com legitimidade, eficiência e economicidade.
- D** O princípio da anualidade orçamentária perdeu validade com a Constituição Federal de 1988, uma vez que o texto constitucional previu lei orçamentária com vigência superior a um ano.
- E** Pelo princípio do orçamento bruto, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) recolhido por um estado deve ser totalmente lançado como receita do estado, ainda que parte de sua receita seja repartida com os municípios.

**QUESTÃO 77**

No que se refere a precatórios, assinale a opção correta.

- A** Precatórios deverão ser inscritos até o último dia de um exercício para serem pagos até o final do exercício seguinte, assegurada a atualização monetária dos créditos.
- B** Indenizações por invalidez fundadas em responsabilidade civil, decorrentes de decisão judicial, são consideradas créditos de natureza alimentar, que serão pagos com prioridade frente à lista de precatórios gerais.
- C** Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida em processamento de precatórios.
- D** Compete a lei ordinária dispor sobre normas gerais a respeito do regime especial de pagamento de precatórios dos estados, do DF e dos municípios.
- E** Os estados-membros podem estipular teto tanto para pagamento de requisição de pequeno valor quanto para pagamento de precatórios.

**QUESTÃO 78**

Considerando as normas constitucionais de despesas com pessoal, assinale a opção correta.

- A** Despesa com pessoal inativo não é computada nos limites de gastos com despesa de pessoal previstos em lei complementar.
- B** A Caixa Econômica Federal somente poderá conceder aumento salarial aos seus empregados se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.
- C** Caso a despesa com pessoal de determinado ente federativo exceda o limite estabelecido em lei complementar e não seja reduzida dentro do prazo fixado para tanto, serão suspensas as transferências voluntárias a esse ente, salvo as destinadas à saúde, à educação e à assistência social.
- D** Na hipótese de a despesa com pessoal de determinado ente federativo exceder o limite estabelecido em lei complementar, o ente poderá, para retornar ao limite imposto, contingenciar despesas relativas a programas sociais.
- E** Ao servidor não estável que for exonerado para o atingimento do limite de despesas com pessoal é assegurada indenização correspondente ao valor de um mês de remuneração por ano de salário.

**QUESTÃO 79**

A respeito de despesa pública, assinale a opção correta.

- A** Despesas destinadas à construção de viadutos deverão ser classificadas como despesas correntes de custeio.
- B** O empenho é a última etapa do ciclo de realização da despesa pública.
- C** Despesas destinadas ao aumento de capital em empresa pública comercial ou financeira deverão ser classificadas como despesas correntes da categoria investimentos.
- D** A liquidação consiste na fase do ciclo da despesa que corresponde ao efetivo desembolso dos recursos em contraprestação à obra ou ao serviço contratado.
- E** A legislação admite tanto o empenho por estimativa quanto o empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento.

**QUESTÃO 80**

Acerca de receita pública, assinale a opção correta.

- A** Segundo a Lei n.º 4.320/1964, serão objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- B** No lançamento da receita, devem ser verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa devedora e deve ser realizada a compensação de créditos contra a fazenda pública.
- C** O princípio da unidade de caixa ou tesouraria admite a fragmentação da receita para criação de caixas especiais.
- D** Os servidores da fazenda pública têm direito a percentagem pela arrecadação de receita federal destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- E** As fases da receita, em ordem cronológica, são as seguintes: previsão, arrecadação, recolhimento e lançamento.

**QUESTÃO 81**

A respeito das regras constitucionais para a proposição de emendas a projeto de lei orçamentária e de execução financeira e orçamentária, assinale a opção correta.

- A** Emendas a projeto de lei orçamentária anual somente poderão ser aprovadas se forem compatíveis com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e se indicarem os recursos necessários, como o serviço da dívida.
- B** Emendas individuais a projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, de modo que um terço desse valor deverá ser destinado a ações e serviços de saúde.
- C** Emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de estados ou do DF não estão sujeitas à execução equitativa das programações de caráter obrigatório.
- D** Aplica-se às programações incluídas pelas emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de estados ou do DF a garantia de execução obrigatória, no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- E** Somente na hipótese de haver superávit primário, a administração deverá executar as programações orçamentárias, adotando as medidas e os meios necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

**QUESTÃO 82**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as informações sobre a situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO) estão disponíveis

- A** no plano plurianual do estado.
- B** no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias do estado.
- C** no anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias do estado.
- D** na lei orçamentária anual do estado.
- E** no orçamento de investimento.

**QUESTÃO 83**

A União, após análise da Secretaria do Tesouro Nacional, concedeu garantia para viabilizar operação de crédito que beneficiará o estado de Rondônia.

De acordo com a LRF, nessa situação hipotética, a União

- A** tem a faculdade de exigir contragarantia do referido estado, podendo haver a vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
- B** tem a faculdade de exigir contragarantia do referido estado, desde que não haja vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
- C** deverá exigir contragarantia do referido estado, desde que não haja vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
- D** deverá exigir contragarantia do referido estado, podendo haver a vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
- E** não poderá exigir contragarantia do referido estado por expressa disposição legal.

**QUESTÃO 84**

De acordo com a LRF, as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos do estado de Rondônia podem ser aplicadas em

- A** títulos da dívida pública estadual.
- B** ações de empresas públicas controladas pelo estado de Rondônia.
- C** ações de empresas públicas controladas pela União.
- D** empréstimos aos próprios segurados.
- E** empréstimos ao Poder Público mediante aquisição de títulos mobiliários.

**QUESTÃO 85**

Nos termos da LRF, pode ser classificada como transferência voluntária a entrega espontânea de recursos de um ente da Federação a outro que

- A** seja derivada de determinação prevista na Constituição.
- B** seja derivada de determinação prevista em lei ordinária.
- C** seja destinada ao Sistema Único de Saúde.
- D** seja destinada à educação municipal.
- E** não seja oriunda de receitas de capital.

**QUESTÃO 86**

Nos termos da LRF, os prazos para eliminação do percentual excedente ao limite fixado em lei complementar para despesa de pessoal no âmbito municipal

- A** poderão ser suspensos na ocorrência de calamidade pública reconhecida pela assembleia legislativa de um estado, enquanto perdurar a situação.
- B** poderão ser suspensos na ocorrência de estado de defesa, que poderá ser reconhecido pela assembleia legislativa de um estado, enquanto perdurar a situação.
- C** poderão ser suspensos em caso de crescimento real negativo do produto interno bruto (PIB) nacional.
- D** poderão ser duplicados em caso de crescimento real positivo do produto interno bruto (PIB) nacional.
- E** não poderão ser duplicados nem suspensos.

**QUESTÃO 87**

Para apurar a regular instituição de reserva de contingência, tribunal de contas deverá consultar, nos termos da LRF,

- A a lei orçamentária anual, que deverá estabelecer o montante.
- B a lei orçamentária anual, que deverá estabelecer a forma de utilização.
- C o plano plurianual, que deverá estabelecer a forma de utilização e o montante.
- D a lei de diretrizes orçamentárias, sendo o montante e a forma de utilização definidos pelo plano plurianual.
- E a lei orçamentária anual, sendo o montante e a forma de utilização definidos pela lei de diretrizes orçamentárias.

**QUESTÃO 88**

O estado de Rondônia procedeu ao cancelamento orçamentário de receita de pequena monta cujos custos de cobrança judicial superam o montante do débito.

Nessa situação hipotética, o TCE/RO, ao apreciar a regularidade desse ato à luz da LRF, deve concluir pela

- A necessidade de prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em vigor e nos dois seguintes.
- B necessidade de prévia medida de compensação suficiente para aumento da receita em valor superior ou igual ao renunciado.
- C necessidade de prévia demonstração de cumprimento das metas de resultados fiscais.
- D irregularidade da renúncia de receita caso não haja previsão em lei complementar estadual.
- E regularidade do ato, pois não se aplicam as exigências previstas para renúncia de receita.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO****QUESTÃO 89**

Em relação ao financiamento do sistema de seguridade social, é correto afirmar que

- A é vedado o financiamento indireto.
- B as receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social não integram o orçamento da União.
- C não é permitida a instituição, por lei, de outras fontes de financiamento além daquelas elencadas na Constituição Federal de 1988.
- D as contribuições sociais somente poderão ser exigidas no exercício seguinte àquele em que foram instituídas.
- E incide contribuição social sobre as aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social (RGPS).

**QUESTÃO 90**

A respeito do RGPS, assinale a opção correta.

- A O RGPS não prevê proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- B O referido regime é de filiação facultativa.
- C O valor do benefício não tem vinculação com o salário mínimo.
- D O RGPS tem caráter contributivo.
- E Exige-se o cumprimento de carência para concessão de qualquer um dos benefícios.

**QUESTÃO 91**

Em 10/1/2019, João completou sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição. Ele sempre foi servidor público e exercia a atividade no mesmo cargo e na mesma carreira.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que João

- A poderia estar recebendo abono de permanência desde 10/1/2019.
- B tem direito à aposentadoria voluntária proporcional por idade.
- C não tem direito à paridade de proventos.
- D não poderá ser instituidor de pensão por morte.
- E somente poderá aposentar-se quando completar sessenta e cinco anos de idade.

**QUESTÃO 92**

Lúcia participa de plano de previdência complementar fechada e, em razão da cessação de vínculo empregatício antes da aquisição do direito ao benefício pleno, optou por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.

Nesse caso, o instituto invocado por Lúcia é o(a)

- A autopatrocínio.
- B resgate.
- C benefício proporcional diferido.
- D portabilidade.
- E saldamento.

**QUESTÃO 93**

Servidora pública que havia tomado posse em cargo público em 1.º/12/2003 sofreu acidente de trânsito que a deixou total e definitivamente incapacitada para o trabalho, razão pela qual se aposentará por invalidez.

Nesse caso, em função da aposentadoria por invalidez, os proventos devidos à servidora

- A serão proporcionais ao tempo de contribuição.
- B terão como base de cálculo as remunerações limitadas ao teto do RGPS.
- C serão reajustados anualmente, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do RGPS.
- D serão calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
- E serão revistos na mesma proporção e na mesma data dos servidores ativos, não sendo extensíveis a essa servidora as vantagens concedidas posteriormente à invalidez.

## QUESTÃO 94

Ricardo, servidor público desde 1.º/7/2010, é beneficiário de aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS. Antes de tomar posse no cargo público, no entanto, ele trabalhava em duas empresas privadas de forma concomitante, tendo deixado de trabalhar na iniciativa privada assim que se tornou servidor. Sob o fundamento de que o tempo de contribuição utilizado para sua aposentadoria pelo RGPS teria sido correspondente a apenas um dos vínculos privados que tinha à época, Ricardo requereu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a certidão de tempo de contribuição referente ao segundo vínculo privado para averbá-lo no serviço público.

Nessa situação hipotética, a contagem recíproca

- A é admitida, pois houve contribuição em duplicidade.
- B é admitida, pois os regimes previdenciários aos quais Ricardo se filiou se compensam financeiramente.
- C não é admitida, pois o tempo de contribuição foi utilizado para concessão de aposentadoria e não há fracionamento de tempo por exercício de dois vínculos concomitantes.
- D não é admitida, pois o regime previdenciário relativo aos vínculos privados é diferente daquele ao qual Ricardo está atualmente filiado.
- E somente será admitida se Ricardo proceder à desaverbação do vínculo privado concomitante, sem que tal fato interfira no valor de sua aposentadoria no RGPS.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

## QUESTÃO 95

Uma empresa realizou operações mercantis durante o ano de 2015, quando a alíquota incidente sobre as referidas operações era de 15%, e a multa pelo não recolhimento do imposto, de 50%. Para o exercício de 2016, a alíquota do tributo passou a ser de 10%, e a multa pelo não recolhimento do imposto, de 35%. A empresa não recolheu os tributos referentes a 2015 e 2016. No exercício de 2019, a alíquota do imposto passou a ser de 20%, e a da multa se manteve em 35%.

Com referência a essa situação hipotética, sabendo-se que o processo para apuração de irregularidades encontra-se na esfera administrativa de cobrança, o contribuinte deverá recolher o imposto

- A sob a alíquota de 10% e pagar a multa no percentual de 35% por serem a ele mais favoráveis.
- B sob as alíquotas de 15% e 10% para os exercícios de 2015 e 2016, respectivamente, haja vista a regra *tempus regit actum*, e pagar a multa no percentual de 50%, porque a infração se deu nos exercícios de 2015 e 2016.
- C sob as alíquotas de 15% e 10% para os exercícios de 2015 e 2016, respectivamente, haja vista a regra *tempus regit actum*, e pagar a multa no percentual de 35%, por ser a ele mais favorável.
- D sob a alíquota média de 12,5% para ambos os exercícios e pagar a multa no percentual de 35% por ser a ele mais favorável.
- E sob a alíquota de 10% para os exercícios de 2015 e 2016, porque incide a alíquota mais favorável, e pagar a multa no percentual de 50%, para a qual vale a regra vigente à época do inadimplemento.

## QUESTÃO 96

A respeito do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), assinale a opção correta.

- A O ICMS é um imposto não cumulativo: incide uma única vez durante uma cadeia de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, ainda que fora do regime de substituição tributária.
- B Lei complementar de iniciativa do presidente da República estabelecerá as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações interestaduais.
- C Os estados e o Distrito Federal podem exercer a competência legislativa plena, uma vez que não há norma geral tributária que dispõe sobre o ICMS.
- D Aplica-se a alíquota interestadual sobre operação entre contribuintes de estados distintos, ainda que sejam consumidores finais.
- E Salvo deliberação em contrário dos estados e do Distrito Federal, a alíquota interna não pode ser superior à alíquota interestadual.

## QUESTÃO 97

A respeito do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), assinale a opção correta.

- A A base de cálculo do ISS na intermediação e fornecimento de mão de obra é a taxa de agenciamento, excluídos os valores de salários e encargos sociais dos trabalhadores.
- B A lei complementar compete fixar as alíquotas máximas de ISS; ao Senado Federal, mediante resolução, compete fixar as alíquotas mínimas, para se evitar a “guerra fiscal”.
- C A base de cálculo do ISS dos serviços de assistência médica é o valor da consulta ou atendimento médico, incluídas as despesas com exames e excluídas as despesas com refeições, medicamentos e diárias hospitalares.
- D O contribuinte do ISS é definido, em lei complementar, como o tomador de serviços.
- E Por intermédio de lei decorrente de processo legislativo regular, os municípios podem estabelecer a responsabilidade tributária de terceiro pelo cumprimento, total ou parcial, da obrigação, incluindo-se multas e acréscimos legais.

## QUESTÃO 98

A respeito dos princípios tributários, assinale a opção correta.

- A De acordo com o princípio da legalidade tributária, em sua vertente reserva legal, o imposto sobre grandes fortunas (IGF), os empréstimos compulsórios e os impostos e contribuições residuais devem ser instituídos por lei complementar.
- B A instituição de imposto que incidirá sobre o transporte interestadual viola o princípio da liberdade de tráfego.
- C Conforme o princípio da retroatividade *in bonam partem*, por meio de ato infralegal é possível reduzir tributo ou penalidade.
- D Em atenção ao princípio da progressividade tributária, é constitucional lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
- E O princípio da anterioridade tributária aplica-se à revogação de tributos ou diminuição de alíquotas.

**QUESTÃO 99**

A empresa Alfa possui contra si crédito do ICMS constituído por declaração de débitos em maio de 2013. Em julho de 2017, a empresa solicitou parcelamento dos créditos declarados e não pagos, o que foi deferido após o pagamento da primeira parcela do acordo. As demais parcelas não foram pagas. Pelo cálculo do montante devido, a fazenda pública verificou que somente parte do crédito tributário fora constituído pelo contribuinte. Em janeiro de 2019, a fazenda pública efetuou o lançamento da parcela omitida na declaração, notificando a empresa Alfa, que não se manifestou. Em junho de 2019, a totalidade do crédito constituído contra a empresa Alfa foi enviada para inscrição em dívida ativa e, em agosto de 2019, a petição inicial da execução fiscal foi recebida pelo juízo.

Nessa situação hipotética,

- A** o pedido de parcelamento configura denúncia espontânea.
- B** o pedido de parcelamento do crédito tributário declarado interrompeu a prescrição e o lançamento tributário constituiu regularmente o crédito omitido na declaração, já que, na espécie, não se pode falar em decadência.
- C** o crédito tributário declarado não foi atingido pela decadência, mas o foi pela prescrição.
- D** o parcelamento notificado não influencia o prazo decadencial nem o prazo prescricional.
- E** a parcela do crédito tributário omitida na declaração do contribuinte foi alcançada pela decadência do crédito tributário, já que o lançamento tributário não foi efetuado no prazo legal.

**QUESTÃO 100**

Acerca das causas de exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A** A isenção sujeita a termo, concedida de forma onerosa e que impõe investimento ao contribuinte beneficiário, não pode ser livremente suprimida.
- B** A isenção heterônoma, assim entendida aquela instituída por um ente para alcançar tributo alheio, é permitida tanto no plano internacional quanto no plano interno.
- C** A isenção possui natureza de benefício fiscal consistente no perdão da multa aplicada em decorrência do descumprimento do dever de pagar o tributo — obrigação principal — e dos deveres acessórios — obrigação acessória.
- D** Uma isenção subjetiva do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) concedida a contribuinte com mais de setenta anos de idade, com quatro filhos, todos com menos de setenta anos de idade e saudáveis, que possui imóvel em condomínio, extingue o crédito tributário.
- E** Anistia é o benefício fiscal que, diante de razões de estado ou finalidades públicas, extingue o crédito tributário.